

## Imigração de famílias italianas para o Espírito Santo e a migração de descendentes para o Vale do Rio Doce/MG

Simone Zamprogno Scalzer<sup>1</sup>

Sandra Nicoli<sup>2</sup>

A imigração italiana é caracterizada por ser familiar, com maiores procedências de Trentino-Alto Ádige e Vêneto. Espírito Santo teve fundamental importância em relação à vinda de famílias italianas. O projeto imigrantista para esse território geográfico era fundamentado na pequena propriedade familiar. Minas Gerais foi destino secundário dessas famílias de imigrantes. O estudo analisa a territorialização das famílias italianas no Espírito Santo e a reterritorialização dessas e/ou de seus descendentes em Minas Gerais. Colonizados e povoados por famílias italianas, Santa Teresa, Alfredo Chaves e Castelo no Espírito Santo, no séc. XIX, Itueta e Santa Rita do Itueto em Minas, no séc. XX, através das territorialidades estabelecidas por esses agentes sociais se transformaram em territórios “italianizados”. Ao territorializarem-se ocorreu o movimento de reprodução das relações sociais originais e, ao se reterritorializarem houve uma reprodução de elementos. Para compreender esse fenômeno, trabalhamos com a memória dos descendentes a partir dos relatos orais. Mantiveram sua italianidade através da reconstrução de costumes e tradições. No processo de territorialização e reterritorialização, imprimiram marcas e deixaram vestígios. Em pequenas propriedades, contribuíram na ocupação e formação dos territórios, principalmente com a implementação do cultivo do café.

**Palavras-Chave:** Imigração Italiana. Territorialização. Reterritorialização. Propriedade Familiar. Cafeicultura.

### Introdução

A política imigratória, no Brasil, voltada para a colonização de terras públicas começou a ser delineada antes da Independência, quando foi assinado por D. João VI um decreto que viabilizou o acesso à terra para estrangeiros no regime de sesmarias. O projeto imigrantista de colonização<sup>3</sup> era baseado na pequena propriedade familiar (SEYFERTH, 2000). Afirma que *“tratava-se, portanto, de um sistema de povoamento de territórios considerados ‘vazios demográficos’, com o objetivo de promover uma agricultura baseada na pequena propriedade familiar”* (SEYFERTH, 2000, p. 309).

---

<sup>1</sup>Mestre em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce. Graduada em Geografia pelas Faculdades Integradas Castelo Branco/ES. Correio Eletrônico: zamprognos@yahoo.com.br

<sup>2</sup>Mestre em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce. Graduada em História pela Universidade Vale do Rio Doce- Univale. Correio Eletrônico: nicolinicoli@hotmail.com

<sup>3</sup>O governo imperial criou, em 1876, a Inspectoria Geral de Terras e Colonização, responsável pela definição de uma orientação unitária à introdução de imigrantes europeus no Brasil (DADALTO, 2009).

Nesse contexto, na segunda metade do século XIX, inicia-se em grande escala a imigração europeia. Santos (2010) menciona que a imigração transoceânica trouxe, para a América, milhares de europeus de origem camponesa. A imigração europeia significou muito para o Brasil e, nesse sentido, a imigração italiana foi particularmente relevante (BONI, 1990).

O presente estudo tem como objetivo analisar a territorialização das famílias de imigrantes italianos no Espírito Santo e a reterritorialização dessas e/ou de seus descendentes em Minas Gerais numa dimensão de mobilidade populacional. Para uma melhor compreensão desse fenômeno e a formação de territórios “italianizados”, trabalhamos com a memória dos descendentes dessas famílias de imigrantes italianos a partir dos relatos orais.

Destaca-se que as narrativas efetuadas por meio da metodologia da História Oral<sup>4</sup> foram de fundamental importância. Tal metodologia permite o registro de práticas, costumes, identidades e tradições referentes à origem. Contribuindo assim, na compreensão do processo de adaptação e de integração das famílias de imigrantes italianos no novo ambiente (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

### **Imigração italiana no Brasil/Espírito Santo - Minas Gerais**

A imigração italiana para o Brasil, segundo GROSSELI (2008), teve início com a chegada da Expedição de Pietro Tabacchi, em 21 de fevereiro de 1874. Esta expedição é considerada um marco da imigração italiana brasileira e a primeira migração em massa desta nacionalidade para o Brasil. Esta data ganhou maior reconhecimento pela Lei nº 11.687, de 02 de junho de 2008, que institui o dia 21 de fevereiro como o “Dia do Imigrante Italiano” em todo o território nacional. Parte desse grupo, depois de abandonarem as terras de Tabacchi se instalaram no Núcleo Timbuy, antes mesmo de sua abertura oficial. Ao analisarmos o ofício a seguir, temos a confirmação desse indício reconhecido pelo Palácio do Governo da Província do Espírito Santo, ao dar deferimento favorável no início de 1875 ao pedido do imigrante realizado em 1874.

Diz Francesco Merlo, colono italiano estabelecido na Colônia de Santa Leopoldina, no Distrito do Timbuy, a margem da estrada de Santa Thereza, que tendo sido por Pietro Tabacchi em Trento na Itália, convidado para vir para seu estabelecimento, afim de ser colono na Colônia Trento, propriedade daquelle Tabacchi com condição do Suppte indeniza-lo de qualquer despeza feita com transporte, o Suppte deu logo ao dito Tabacchi por conta 122 fiorins, para a passagem até o dito estabelecimento, acontecendo porém que aquelle Tabacchi não cumpriu o seu contracto, motivou o Suppte retirar-se e emigrou nesta Colônia com as mesmas vantagens dos outros colonos, e por isso vem pedir o Suppte a V Excia que delibere como for dito direito,

---

<sup>4</sup> Metodologia de pesquisa de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX. Ressaltamos que a fonte oral, além de coletada, deve ser interpretada e analisada cuidadosamente e que, em função de sua natureza diversificada e estreitamente vinculada ao cotidiano, favorece uma pesquisa com espaço para falas de sujeitos, em geral, anônimos (SILVEIRA, 2007, p. 03).

e o Suppte não perca a dita quantia a qual foi entregue como prova o documento junto. E pelo pede favorável deferimento. Colônia de Santa Leopoldina 28 de outubro de 1874. Merlo Francesco. “Liquide ao Suppte os direitos pela forma estabelecida no artigo 14 da Lei de 11 de outubro de 1837. Palácio do Governo do Espírito Santo em 26 de fevereiro de 1875”. (FUNDO DE AGRICULTURA, CAIXA 66, p.195, 28/10/1874)

As famílias italianas que chegaram ao Brasil deixaram para trás a paisagem do Norte da Itália junto com suas lembranças e suas raízes, para iniciar uma nova vida em terras brasileiras. Segundo Bassanezi (1995) a corrente imigratória italiana, no Brasil, revelou as seguintes especificidades: houve o predomínio da imigração familiar e a região do Vêneto foi a que mais forneceu imigrantes. No caso de Santa Teresa, a maioria tem origem trentina.

Destaca-se que a possibilidade de conquistar seu próprio pedaço de terra, onde pudessem morar e cultivar a terra, foi um dos fatores que mais atraiu imigrantes para os núcleos coloniais do Espírito Santo (BUSATTO, 2010). Tranquilo Novelli (2014, informação verbal), descreveu este sonho de sua família: “Achar um pedaço de terra para cada um trabalhar no que era dele. Porque lá, [na Itália], a maioria era de pouca terra”. Assim como a família de nosso entrevistado, a maioria dos imigrantes, tanto no Espírito Santo quanto em Minas, conquistou esse sonho, que também fazia parte dos planos do Governo.

Enfatiza-se que o Espírito Santo teve fundamental importância em relação à vinda de imigrantes para o Brasil, em especial os italianos. Levas expressivas de famílias italianas desembarcaram no porto da capital Vitória, no século XIX e início do século XX, sendo direcionadas ao interior (BUSATTO, 1990; BUSSOLA, 1990). Nesse ponto é fundamental evidenciar que parte significativa das primeiras famílias de imigrantes italianos se instalaram e fundaram o Núcleo Timbuy, atual município de Santa Teresa. Desbravando, colonizando, povoando e imprimindo marcas identitárias ao longo do tempo (SCALZER, 2015).

A imigração para o território espírito-santense era peça da estratégia governamental para promover o povoamento e expandir a fronteira agrícola, principalmente com o cultivo do café. Assim, o projeto imigrantista era baseado na pequena propriedade familiar (DADALTO, 2009). Nesse propósito, as famílias de imigrantes italianos que chegaram ao Estado eram, em sua maioria, camponeses provenientes das regiões de Trentino-Alto Ádige e Vêneto.

Grosselli (1998) apud Biasuti, Loss e Loss (2003) realça ter tido em Minas Gerais duas importantes ondas de imigração. Sendo:

[...] a primeira, de 1880 a 1900, e a outra a partir de 1910; e que, em tese, a entrada de colonos se deu em função dos limites geográficos da província, determinada pela localização dos portos marítimos vizinhos. Foram, por essa razão, três as vias principais de entrada: São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo (BIASUTTI, LOSS, LOSS, 2003, p. 77).

O fluxo de estrangeiros de maior intensidade em Minas Gerais foram os italianos. Mesmo que Minas não tenha tido grande destaque em relação à imigração europeia, a corrente italiana foi a que mais se impôs conforme menciona Monteiro (1994).

Anastásia (1990) chama a atenção para a política de introdução de imigrantes em Minas Gerais destinados à lavoura particular, ao povoamento de terras devolutas ou aos núcleos coloniais. Essa política imigratória, tímida e retraída, não se restringia apenas ao imigrante estrangeiro, pois Minas não podia, tendo em vista o pequeno fluxo de imigrantes estrangeiros, abstrair-se do trabalhador nacional. Em relação a outras nacionalidades, justifica-se, ser a imigração italiana a que oferecia mais facilidade ao pronto suprimento de trabalhadores que o Estado demandava.

Pode-se perceber que há dois perfis de imigrantes italianos em Minas. Num primeiro perfil, podemos destacar os comerciantes e profissionais especializados direcionados para os centros urbanos; no segundo, os colonos agricultores direcionados para as zonas rurais (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

Nesse contexto, analisaremos a territorialização e a reterritorialização das famílias de imigrantes italianos em terras brasileiras, mais especificamente em Santa Teresa, Alfredo Chaves e Castelo no Espírito Santo no século XIX; Itueta e Santa Rita do Itueto em Minas Gerais no século XX.

### **Evidenciando as localidades em estudo**

Para uma melhor compreensão do campo em estudo, de forma sucinta, serão apresentadas as localidades que foram pontos de chegada das famílias de imigrantes, provenientes do Trentino-Alto Ádige e Vêneto, na Itália, a partir do século XIX. Salienta-se que as localidades são tipicamente rurais, prevalecendo propriedades de caráter familiar. A base econômica está fundamentada na agricultura. A produção cafeeira constitui a principal atividade econômica. Enfatiza-se que a configuração social do território foi marcada pela pequena propriedade rural e pela cultura cafeeira (NICOLI, 2014; SCALZER, 2015).

A título de localização, pode-se visualizar, na figura 01, as localidades de Alfredo Chaves e Castelo no Sul e, Santa Teresa na região Serrana do Espírito Santo, Itueta e Santa Rita do Itueto no leste de Minas Gerais. Vale ressaltar que no momento histórico analisado, a delimitação geográfica não possuía os contornos atuais.



Figura 01: Espírito Santo e Minas Gerais - Pontos de chegada.

Fonte: Elaboração Mauro Augusto dos Santos. Base de dados cartográficos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Relação dos municípios: 1. Santa Rita do Itueto; 2. Itueta; 3. Castelo; 4. Alfredo Chaves; 5. Santa Teresa.

O início da imigração italiana para Santa Teresa, aconteceu ainda em 1874, com parte do grupo que integrava a Expedição do italiano Pietro Tabacchi, e ganha mais força a partir de 1875, com o início das chegadas de levas de imigrantes destinadas à localidade (SCALZER, 2015). “Em 31 de maio de 1873, o Decreto nº 5.295 autorizou Pietro Tabacchi a introduzir e estabelecer 700 imigrantes alemães, italianos ou do norte da Europa em sua fazenda no município de Santa Cruz” (DAEMON, 1879, p. 408).

No dia 21 de fevereiro de 1874, Pietro Tabacchi chegou à capital Vitória, com o navio denominado Sophia, trazendo a bordo 386 imigrantes da região do Tirol italiano, para os estabelecerem na fazenda Nova Trento, em Santa Cruz nas terras espírito-santenses (DAEMON, 1879). Pouco tempo depois os imigrantes já estavam estabelecidos na fazenda Nova Trento. Contudo, não ficaram satisfeitos com as condições de moradia e trabalho que lhes foram proporcionadas, assim, se revoltaram e a maior parte deles abandonaram a fazenda e tiveram destinos diferentes. Alguns voltaram para a Itália; outros migraram para o Sul do Brasil; outros se estabeleceram em diversos pontos da Província do Espírito Santo. Todavia, o maior grupo se estabeleceu no Núcleo Timbuy, atual Santa Teresa (SCALZER, 2015).

A distribuição de lotes de terra, para o cultivo do café, constituiu-se numa questão central no projeto de ocupar e desenvolver as terras devolutas do Espírito Santo. A imposição de um formato e o tamanho da área foi parte dos esforços da administração da Província que contribuiu para definir um padrão de ocupação do território em pequenas propriedades rurais que permaneceu na região até os dias atuais.

Entretanto, devemos considerar que o controle do Governo neste processo era limitado. Os imigrantes tiveram papel importante. Muitos trocaram de lote, venderam, compraram, entregaram pedaços do lote em troca de dívidas com vizinhos. No entanto, o território já possuía uma dinâmica própria, pautada nas necessidades de reterritorialização de

um grupo cuja cultura impregnava o espaço, traçando territorialidades, redesenhando continuamente a planta cartográfica que dava contornos exatos ao Núcleo. No território dos sonhos dos italianos, os formatos dos lotes variavam ao sabor da sorte do baralho, dos desejos e ambições daqueles que tinham melhores condições financeiras (SCALZER, 2015).

Menciona-se que com a chegada de novas levas de imigrantes, o processo de ocupação foi se espraiando por um amplo território. Este foi mesmo um momento singular na história de Santa Teresa. Enquanto os recém-chegados se estabeleciam, outros imigrantes buscavam terras melhores, mais bem localizadas conforme afirma Scalzer (2015).

Como nos lembra Saquet (2011), a construção histórica do território está vinculada a processos de apropriação e dominação do espaço. Assim percebemos a participação decisiva do imigrante na construção do território de Santa Teresa. Ao realizar trocas, vender o lote ou partes do mesmo, estava se apropriando e dominando o espaço que lhe foi designado, impondo suas marcas e transformando um território pré-concebido pelo Governo.

Segundo Scalzer (2015), outro aspecto observado a partir dos relatos orais colhidos, diz respeito às migrações dentro do próprio Núcleo Colonial e, tempos mais tarde, até para novas frentes. Nos relatos, os descendentes narraram sobre a nova migração de seus familiares. Esta era mais frequente quando se tratava de famílias de meeiros. No entanto, mesmo no caso dos imigrantes que se tornaram proprietários de lotes de terra, alguns relataram pelo menos uma mudança de propriedade. Esta pequena migração dentro do núcleo também ocorria no caso de casamento dos filhos. Em várias situações, o novo casal precisa migrar para conquistar sua terra em outro ponto do território; e, posteriormente, para novas frentes de povoamento no norte do Espírito Santo ou em Minas Gerais.

Nesse sentido, Feller (2014, informação verbal) esclareceu que muitos foram os casos de filhos de imigrantes que migraram para novas frentes de colonização. As famílias eram numerosas, e a terra era insuficiente para a sobrevivência de todos. Muitos casais tinham mais de dez filhos e no final do século XIX e início do século XX, não havia terra para todos os jovens, como ocorreu anteriormente.

Assim aconteceu com Cesare Marchioro, que com mais de 60 anos de idade migrou para as terras mineiras de Itueta. Cesare chegou ao Espírito Santo, com sua família aos cinco anos de idade (PROJETO IMIGRANTES, 2020). No recenseamento das propriedades rurais do Espírito Santo de 1920, Cesare Marchioro aparece como proprietário de duas propriedades, nas proximidades do Distrito de São João de Petrópolis (Santa Teresa). Anos depois, em 1935, a família Marchioro deixa a região em busca de mais e melhores terras para cultivar, a fim de garantir o sustento da numerosa família. Como confirma o relato da senhora Lídia Marchioro

(2011, informação verbal), neta de Cesare: “É família grande. Eis quiseram mudar assim, um pouco a...E lá era pequeno, igual ele estava falando, lá era assim, era um lugar muito pequeno. Aí quis se espalhar mais aqui”. Destaca-se que Lídia tinha apenas vinte dias de vida quando migrou com a família de São João de Petrópolis para Itueta. Segundo a senhora Marchioro, as terras eram bem mais baratas em Minas Gerais e com a venda das terras em Santa Teresa, conseguiram comprar quarenta alqueires em Itueta.

Assim como ocorria no Espírito Santo, as famílias de imigrantes italianos e seus descendentes, que se instalaram em Itueta e Santa Rita do Itueto, substituíram a floresta principalmente pelo cultivo do café, que nos dois casos, representava uma importante fonte de renda familiar e transformava os locais inabitáveis em lavouras cafeeiras. É possível afirmar que estas áreas geográficas em muito se modificaram. A introdução de costumes, tradições, novas técnicas de manejo da terra e a valorização da terra para a sobrevivência das famílias, fez com que elas fossem vistas de maneira diferenciada. Transformaram o até então espaço geográfico em um lugar com significação e vivência (NICOLI, 2014).

Enfatiza-se que assim como aconteceu em Santa Teresa, Alfredo Chaves e Castelo, também possuem a imigração italiana como ponto de destaque na ocupação dos territórios. A região de Alfredo Chaves teve seu território ocupado, a partir de 1878, por famílias italianas vindas do Vêneto. Assim, com a chegada desses imigrantes, a região foi tomando novos contornos a partir da ocupação e cultivo do solo pelas novas famílias (NICOLI, 2014).

Nesse contexto, os imigrantes italianos que foram direcionados para Alfredo Chaves colonizaram e povoaram a região. Após um período de crescimento populacional e desenvolvimento econômico nessas terras, ocorreu a necessidade de aumentar a produção agrícola e o desenvolvimento da pequena propriedade familiar. Sendo assim, muitas famílias optaram por migrar para outras localidades, diante de um cenário que os impossibilitava de garantir o sustento das novas famílias, constituídas com os casamentos dos filhos, a partir da pequena propriedade (NICOLI e SIQUEIRA, 2012).

Desse modo, diversas famílias de origem italiana se direcionam para outras terras do Espírito Santo. Entre as localidades escolhidas pelos filhos dos imigrantes está Castelo. O povoamento dessa região contou com a participação das famílias de imigrantes italianos a partir dos anos de 1890. Destaca-se que os colonos eram agricultores vindos do norte da Itália e de outras regiões do Espírito Santo, em especial os já estabelecidos na região de Alfredo Chaves (CASAGRANDE e BARBIERO, 2012).

E novamente diante da necessidade de outras terras, uma das opções foi à migração para as terras mineiras localizadas próxima à divisa interestadual. As novas famílias

constituídas pelos filhos dos imigrantes estabelecidos no Espírito Santo (Santa Teresa, Alfredo Chaves e Castelo) optaram por migrar, quando suas pequenas propriedades já não ofereciam mais condições para o sustento familiar.

A chegada à Itueta e Santa Rita do Itueto aconteceu a partir de 1920, promovendo uma nova configuração ao território, inserindo novas técnicas de manejo da terra e novos costumes. Segundo Rezende e Álvares (2009), o Vale do Rio Doce participou do movimento de imigração de europeus mais tardiamente, quando o interesse governamental pelo povoamento da região abriu caminho aos colonos fixados nas áreas montanhosas do Espírito Santo.

Salienta-se que foi na persistência de concretizarem seus sonhos de aquisição de um pedaço de terra para a sobrevivência da família, que os imigrantes italianos rumaram para novas terras espírito-santenses e mineiras. Pode-se afirmar que colonizadas e povoadas por famílias italianas, as localidades de Santa Teresa, Alfredo Chaves e Castelo no Espírito Santo no final do século XIX e de Itueta e Santa Rita do Itueto em Minas Gerais no início do século XX, através das territorialidades estabelecidas por esses agentes sociais, se transformaram em territórios “italianizados”. Ao territorializarem-se ocorreu o movimento de reprodução das relações sociais originais e, ao se reterritorializarem houve uma reprodução de elementos.

### **Territorialização em terras espírito-santenses e reterritorialização nas terras mineiras**

É fundamental enfatizar que para compreender melhor o movimento migratório ocorrido nas localidades em estudo, foi necessário debruçar sobre os referenciais teóricos de território e territorialidades, os processos deterritorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Em Saquet (2006, p.83), deparamos com a seguinte premissa:

[...] o território significa heterogeneidade e *traços comuns*, apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica [...]. É espaço de moradia, de produção de serviços, de mobilidade, de desorganização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relacional, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente.

Realça-se que a identidade é um componente fundamental na constituição do território, resulta da combinação dos processos histórico e relacional. Assim sendo, segundo Saquet (2010, p.25), os territórios e as territorialidades

[...] são vividos, percebidos e compreendidos de formas distintas; são substantivados por relações. Homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; por diversidade e unidade; (i)materialidade.

Discorrendo sobre o conceito de território, Saquet (2003) menciona que é:



[...] apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização. [...]. O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. [...] Se considerarmos que onde existem homens há relações, tem-se ao mesmo tempo territórios (SAQUET, 2003, p. 24).

Continuando a descrição sobre o conceito de território, Saquet (2009, p. 212)realça:

[...] é produzido com o passar dos dias, meses, anos, décadas, através de relações sociais incessantes que se estabelecem, com influências, interferências, dominações e domínios, imprimindo marcas em seu *interior* (do território). E essas relações são singulares e universais ao mesmo tempo, totalizantes, internas e externas ao lugar.

No novo território, a interação e integração entre as famílias de imigrantes italianos com os demais residentes tornaram tais lugares uma construção única e carregada de simbolismo que ainda agrega ideias e sentidos produzidos por aqueles que o habitam. O conceito de lugar, nesse sentido, é intimamente ligado ao viver e ao estar no espaço. Nele é que as relações ganham visibilidade e se efetivam na territorialidade diária (SAQUET, 2003).

Nesse sentido, o território construído/formado por esses agentes sociais foi e é o palco onde todas as relações sociais aconteceram e acontecem, se completaram e completam e, por fim, interagiram e interagem. Através das relações sociais que se estabeleceram e que se estabelecem, a integração e a interação tornaram tal espaço um território. Assim, todo o cotidiano dessas famílias se tornou um território apropriado e dominado com e pelas relações sociais (NICOLI, 2014).

Nessa perspectiva, emerge, então, o que denominamos de territorialidade, a qual é colocada como uma expressão geográfica do exercício do poder em determinado espaço geográfico. É, portanto, o desenrolar das diferentes atividades e estratégias cotidianas numa dinâmica relacional entre os atores sociais, conforme enfatiza Raffestin (1993).

Saquet (2003, p. 26) argumenta que a territorialidade

[...] é o desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço do trabalho, do lazer, na família etc, resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar. Todos somos agentes sociais, não em *sistemas*, mas numa dinâmica relacional, de reciprocidade e contínuo movimento, de contradições sociais, que construímos territórios em diferentes intensidades e formas. A territorialidade é cotidiana, multifacetada e as relações são múltiplas, [...].

Segundo Raffestin (1993), a territorialidade resume a maneira como a sociedade satisfaz sua necessidade de poder, num determinado momento e, por meio das relações sociais. Pode ser transportada, como fazem os imigrantes, que reconstróem seu território de origem no novo ambiente. Conseqüentemente, “*os migrantes reconstruíram e ainda reconstróem seu território de origem no novo espaço, mantendo, aperfeiçoando e re-modificando territórios e territorialidades, englobando comportamentos sociais e estratégias de convivência*” (NICOLI, 2014, p. 28 e 29).

Ressalta-se que a desterritorialização nunca é total ou desvinculada dos processos de reterritorialização. Saquet (2003, p. 39) enfatiza que simultaneamente à des-territorialização dá-se a re-territorialização.

São processos intimamente ligados na dinâmica socioespacial. Na primeira, há a perda do território inicialmente apropriado e construído, a supressão dos limites, das fronteiras [...] e na segunda, uma reprodução de elementos do território anterior, pelo menos, em algumas das suas características.

De acordo com Saquet (2009, p. 214), “*o velho é recriado no novo, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações. Os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) não estão desligados: condicionam-se mutuamente*”.

Haesbaert (2007, p. 99 e 101) complementa que

[...] não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. [...] Devemos antes de tudo pensar a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, fundamentais para compreender as práticas humanas.

Nesse contexto, a territorialização pode ser definida como a identificação, simbolização de grupos, disciplinarização, enraizamento, resultado e condição dos processos sociais em interação com a natureza exterior. No movimento da desterritorialização - definida inicialmente como a perda do território apropriado e construído, acontece simultaneamente a reterritorialização, entendida como a reprodução de elementos do território anterior, com algumas características permanentes e recriadas. Engloba ao mesmo tempo aquilo que é fixação [enraizamento] e aquilo que é mobilidade (HAESBAERT, 2007; SAQUET, 2009).

Na desterritorialização, perdem aspectos e elementos, relações, que tentam reproduzir no *novo* lugar em construção. Reterritorializam-se lentamente, reorganizando suas vidas diárias, cultural, política e economicamente, no lugar. O *lugar*, por isso, é mais do que afetividade, reconhecimento, simbolismo. É realização do universal, é singularidade, material e imaterial (SAQUET, 2009, p. 216).

Haesbaert (2007, p. 35) evidencia que “*o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades*”. Salienta também que a vida é um constante movimento de desterritorialização e de reterritorialização, sempre passando de um território a outro, abandonando territórios, criando novos territórios. Trata-se de uma desterritorialização/reterritorialização cotidiana, em que se abandona o território, mas não se destrói o território abandonado.

Conforme Castro, Gomes e Corrêa (1995, p. 105) o *lugar* é visto como

[...] uma construção única, singular, carregada de simbolismo e que agrega ideias e sentidos produzidos por aqueles que o habitam. Despertam os sentimentos de identidade e de pertencimento no indivíduo. É, portanto, fruto da construção de um elo afetivo entre o sujeito e o ambiente em que vive.

Enfatiza-se que a partir da chegada e ocupação das famílias de origem italiana, às terras espírito-santenses e mineiras, é possível argumentar que tais áreas geográficas em muito se modificaram. A introdução de costumes, hábitos, festividades, tradições, novas técnicas de manejo da terra e a valorização da terra para a sobrevivência das famílias, fez com que elas fossem vistas e observadas de maneira diferenciada, mesmo diante da chegada de outras nacionalidades. Assim, o território se forma a partir do espaço e, ao se apropriar de um espaço, seja concreta ou abstratamente, o homem territorializa o espaço (NICOLI, 2014).

Nesse sentido, as famílias de origem italiana se destacaram, fazendo-se presentes em todos os aspectos sociais da experiência humana. Transformaram o até então espaço geográfico em um lugar com significação. Nas memórias do Sr. A. Nicoli<sup>2</sup> (2011, informação verbal), várias são as lembranças do que foi contado por seus pais e *nonos*. Assim ele relata: “E ali eles derrubaram um pedaço de mata pra cada um. [...] E ali eles apossava, [...] e daí eles ia trabalhando, derrubando uma mata, formando mais café, aumentado a casa mais um pouquinho. [...], formaram muito café. A vida deles foi no café. [...], conseguiram fazer casa boa, melhorar a situação e [...] daí por diante esse povo foi melhorando e comprando mais terra de um, de outro [...]”.

No relato do Sr. J. Baptistin (2011, informação verbal) é possível perceber que as famílias de imigrantes foram desbravando, povoando e formando novas famílias, tanto nas terras do Espírito Santo quanto em Minas. “Eles eram uma família grande né, e [...] depois o pessoal foi crescendo, foi derrubando mata e o povo foi crescendo, [...]. E ali foram [...] se espalhando esses italianos. [...]. Se espalharam assim, [...] foi nascendo filhos né, [...] e netos, juntou muita gente. [...] então eles queriam mata, começou a se espalhar [...]”.

Em relação aos atrativos para a procura e escolha das novas terras, é possível destacar, a partir dos relatos orais colhidos, que era a existência de nascentes de água em grande quantidade, que significava, para as famílias que rumavam a outros territórios de insegurança, produção e prosperidade. Para J. Magri (2012, informação verbal), “[...] os italiano antigo falava assim: “aonde é que tem muita água e tem queda de água, tem prosperidade.”.

Recordando as histórias contadas e recontadas por seus antepassados sobre o cotidiano das famílias de origem italiana, S. Daros (2012, informação verbal) enfatizou que: “[...] Tudo mata pura. Lutando com dificuldade e tali, foi assim. A vida aqui foi trabalhar, lutar e trabalhar”. Complementando essa afirmação, o senhor A. Nicoli 1 (2011, informação verbal) destaca que: “Todo mundo trabalhava. Era mulher, homem, mulher casada, tudo ia para a roça. E nós de dia? No cabo da enxada. Pra enxada. O dia inteiro. Capinar café, dirigiçar café, panhar café, tudo. É, a vida era apertada. [...]. Meu Deus do céu!”.

Sayad (1998, p. 109) menciona: “*é o trabalho que funda a existência do imigrante, que lhe confere seu estatuto social, legitima sua presença*”. Trabalhar é a única razão de existir na imigração.

O trabalho é a razão de ser do imigrante, ele dá conta de sua presença que, na falta deste motivo, estaria confinada ao absurdo aos olhos da razão nacional, da razão do Estado Nacional. O trabalho contém em si, a partir de nossa representação atual do mundo, toda a inteligência do fenômeno migratório, da emigração e da imigração que, sem ele, seriam incompreensíveis e intoleráveis sob todos os pontos de vista, intelectual, ética, econômica, cultural e, não apenas, politicamente (SAYAD, 2000, p. 21).

Ressalta-se que as narrativas demonstram que trabalhar era preciso, pois somente assim conseguiriam alcançar o sonho da posse de terras. No entanto, há também, presente nessas narrativas, os momentos de descanso e lazer que eram, geralmente, aos domingos e nas festividades. L. Marchioro (2011, informação verbal), relata que: “O domingo aí a gente se preparava... A mamãe sempre matava a galinha, fazia aquela taiadela que os italianos fala. Fazia aquela panelada de macarronada com gordura em cima..., fazia tipo uma comida mais diferente sabe? Aí passava o domingo assim. Mamãe também gostava de ir muito na igreja. Mamãe era muito católica”. Sobre as comidas preparadas pelas famílias italianas, R. Benicá (2012, informação verbal) comenta: “Era só italianos! [...] E os italianos são muito alegre, muito felizes, [...], existe ainda, a tarantela, todo mundo cantando as músicas italiana, [...], que eles cantavam, quando eles vieram, [...]. Ah era assim, [...], preparava a tradicional sopa de galinha com aquele macarrão talharim feito em casa, que era uma delícia, né. Gostoso com aqueles prato de queijo ralado enorme na mesa assim, [...]. Então aquela sopa suculenta, gostosa com [...] bastante queijo em volta, [...] num podia faltar à polenta [...]”.

Em relação as festividades realizadas pelas famílias de origem italiana no Espírito Santo e Minas Gerais, A. Nicoli (2011, informação verbal) narra com emoção que: “A festa que eles fazia, mais é de italiano [...]. Fazia, macarrão à vontade, por exemplo, tipo comida assim, de servir mesa né, [...] mais as bebida era o vinho, um pouco de bebida alcoólica e eles cantava muito a música italiana. [...] Cantava aquelas músicas na língua italiana e tocava. Tinha [...] uns que tocava, uns italiano véio que tocava também... [...]. Tocava a Sanfona. Mais essa sanfona oito baixo, trinta baixo, sanfona pequena, [...]. E dançar, [...]. Nós dançava assim: o sol cobria lá... acendia as lamparina, era lampião nas parede assim, com óleo, lampião. Nós dançava das sete as sete da manhã ué (risos)”.

As famílias de origem italiana, segundo Nicoli e Siqueira (2012), mantiveram uma relação de respeito e amizade com os não descendentes. Entretanto, os casamentos só aconteciam entre as famílias de descendência italiana. O casamento com os brasileiros, como designavam os não descendentes, não era bem aceito. Até a terceira geração, raros são os que se casaram com não descendentes e, quando isso ocorria, era motivo de discriminação. Relatando sobre esse assunto, L. Marchioro (2011, informação verbal), discorre: “O meu pai ele

era muito racista. Nossa senhora! Ele não queria que nós casasse com brasileiro de jeito nenhum. Ele não queria que a gente misturasse a raça de jeito nenhum. Nossa mãe! Ele tratava muito bem, mas, misturar o sangue não. [...]. Ele falava: “brasileiro com brasileiro. Italiano com italiano”.”.

Enfatiza-se que até os dias atuais, os descendentes das famílias de imigrantes italianos, das localidades em estudo, se denominam como “italianos”, e os não descendentes como “brasileiros”. Expressão muito comum: “*nós italianos e os brasileiros*”. Conforme menciona Hall (2003), a migração reconfigura tanto o território de saída como o de destino. Nesse contexto, as famílias de origem italiana trouxeram consigo seus costumes, vocabulários, canções, danças, festas e comidas típicas que foram incorporados à sociedade. As tradições permaneceram, mas se modificaram em terras brasileiras, mais especificamente, em terras espírito-santenses e mineiras.

### **Considerações Finais**

Considera-se que as famílias de imigrantes italianos e seus descendentes foram agentes de sua própria história, no sentido de construir seu próprio espaço num território inseguro e desconhecido. Assimilaram novos costumes, hábitos e mantiveram os traços culturais da sociedade de onde vieram. Ao chegar às terras brasileiras- Santa Teresa, Alfredo Chaves, Castelo, Itueta e Santa Rita do Itueto, essas famílias buscavam manter sua italianidade através da reconstrução de hábitos, costumes e tradições.

Assim, as famílias de origem italiana, no processo de territorialização e reterritorialização, imprimiram marcas e deixaram vestígios no tempo e no espaço construindo “territórios italianizados” apropriados e dominados a partir das relações sociais estabelecidas. Enquanto se territorializavam e se reterritorializavam, os imigrantes italianos e seus descendentes contribuíram para a ocupação, colonização e formação dos território sem pequenas propriedades familiares. Assim sendo, foram também agentes sociais na implementação da cultura cafeeira nesses territórios. Através do cultivo do café, tais propriedades e a força de trabalho dessas famílias, proporcionaram que esse produto representasse e ainda representa, a principal fonte de renda dessas localidades em estudo.

### **Referências Bibliográficas**

ANASTÁSIA, Carla Maria Junho. A imigração italiana em Minas Gerais (1896-1915). In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.

APEES. Recenseamento do Brazil 1920 - Propriedades Rurais do Espírito Santo - Santa Thereza. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Biblioteca Digital.

BASSANEZI, M. S. B. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide L. (Org) **Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP-1995. v. 1 p. 3-35.

BIASUTTI, Luiz Carlos; LOSS, Arlindo; LOSS, Everaldo. **Roteiro dos italianos e seus descendentes em Minas Gerais**. Subsídios para uma história da imigração italiana. Sd: Belo Horizonte, 2003.

BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli,1990. 2 vol.

BUSATTO, Luiz. Dilemas do imigrante italiano no Espírito Santo. In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli,1990. 2 vol.

BUSATTO, Luiz. **Nomes e Raízes Italianos**. Vitória: 2010.

BUSSOLA, Carlos. Alguns aspectos da cultura dos descendentes dos imigrantes italianos no Estado do Espírito Santo. In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli,1990. 2 vol.

CASAGRANDE, André Dell'Orto; BARBIERO, Maria Helena Mion. **“Castelo da Pré História ao Início do Século XX”**. 2 Edição. Castelo/ES. 2012. Disponível em: [http://www.castelo.es.gov.br/site/municipio\\_livro.asp](http://www.castelo.es.gov.br/site/municipio_livro.asp)

CASTRO, de Elias; GOMES, Paulo Cesar de Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DADALTO, Maria Cristina. **A imigração Tece a Cidade – polo industrial de Colatina**. Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2009.

DAEMON, Bazilio Carvalho. **Província do Espírito Santo: Sua descoberta, história chronologia, synopsis e estatística**. Victoria: Typographia do Espirito-Santense, 1879.

GROSSELLI, Renzo M. (1952). **Colônias imperiais na Terra do Café: Camponeses trentinos (vênets e lombardos) nas florestas brasileiras**. Vitória: APEES, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3 edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas 1889-1930**. Editora Itatiaia Limitada. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, 1994. Vol. 188.

NICOLI, Sandra.; SIQUEIRA, Sueli. Território de imigração italiana e emigração de seus descendentes. In: PADILHA, Beatriz et al (Orgs.). **Novas e velhas configurações da imigração brasileira na Europa: Atas do 2º Seminário sobre imigração brasileira na Europa**. 1ed. Lisboa - Portugal: ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, 2012, v. 01, p. 29-42.

NICOLI, Sandra., GENOVEZ, Patrícia Falco., SIQUEIRA, Sueli. Migração, Memória e Território: os descendentes de imigrantes italianos da Microrregião de Aimorés/MG. **Revista História & Perspectivas**. Dossiê: História do Crime, da polícia e da justiça criminal, v. 26, nº 49 (2013). Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de História. Revista Eletrônica. <http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br>

NICOLI, Sandra. ***I/Emigração em Itueta e Santa Rita do Itueto – a chegada dos nonos e a partida de seus descendentes para o norte da Itália***. Dissertação (mestrado). Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Governador Valadares, MG, 2014.

PROJETO IMIGRANTES. APEES, 2020. Consulta em 07/08/2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE, Marcos. ÁLVARES, Ricardo. A Ocupação do Médio Vale do Rio Doce e o Surgimento dos Municípios de Aimorés, Resplendor e Itueta. In: REZENDE, Marcos e ÁLVARES, Ricardo (Orgs.). **Era Tudo Mata: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor**. Belo Horizonte, MG: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009.

SANTOS, Mirian de Oliveira. Os estudos históricos sobre a imigração no Brasil. In: PACELLI, Ademir *et al* (Orgs.). **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 99-101.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. Proposições para estudos territoriais. **Geografia**. Paraná, ano VIII, n.15, p.71-85, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. Reterritorialização e identidade. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (org.). **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2. edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno segundo Abdelmalek Sayad. **Travessia**, São Paulo, v. Especial, p. 3-33, jan. 2000.

SCALZER, Simone Zamprogno. **O Núcleo Timbuy/Santa Teresa (ES). Entre a memória e a história**. Rio de Janeiro. Ed. Multifoco, 2015.

SEYFERTH, Giralda. A colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e Memória: a construção de um perfil de Historiador-Etnográfico. **Ciência E Conhecimento** – Revista Eletrônica da Ulbra São Jerônimo – Vol. 01, 2007, História, A.2.